



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE RESENDE

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE RESENDE



Ficha Técnica do Documento

Título:	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Resende - Relatório de Ponderação da Consulta Pública.
Descrição:	Relatório sumário onde se encontra identificado o período durante o qual decorreu a consulta pública, os meios que foram utilizados para sua publicitação, os contributos recolhidos durante o processo e se os mesmos foram (ou não) incorporados no plano.
Data de produção:	29 de setembro de 2015
Data da última atualização:	13 de novembro de 2015
Versão:	Versão Final
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo (Desenvolvimento e Ambiente)
Equipa técnica:	Andreia Mota Geógrafa (Desenvolvimento e Ambiente) Teresa Costa Geógrafa (Planeamento e Gestão do Território)
Consultores:	Rodrigo Silva Técnico de Proteção Civil
Equipa do Município:	Eng.ª Fátima Pereira Gabinete Técnico Florestal / Proteção Civil
Código de documento:	127
Estado do documento	A aguardar parecer prévio da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
Código do Projeto:	051181301
Nome do ficheiro digital:	PME_RESENDE_relatorio_cons_publica_VF

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA
MUNICÍPIO DE RESENDE



ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	5
2	PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	6
3	DOCUMENTO PUBLICITADO E LOCAL DE CONSULTA	7
3.1.	DOCUMENTO PUBLICITADO	7
3.2.	LOCAL DE CONSULTA	8
4	MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO	10
5	ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS RECEBIDOS	12
6	CONCLUSÃO	13



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Conteúdos do PMEPCR submetidos a consulta pública (Parte I e Parte II).....	7
Figura 2 Conteúdos do PMEPCR submetidos a consulta pública (Parte III e Parte IV).....	8
Figura 3 Disponibilização do PMEPCR no sítio oficial do município de Resende na Internet.....	9
Figura 4 Edital da consulta pública do PMEPCR.....	10
Figura 5 Publicitação da consulta pública o PMEPCR no sítio oficial do município de Resende na Internet	11



1

INTRODUÇÃO

Os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil encontram-se identificados na Resolução 25/2008, de 18 de julho. Neste sentido, o artigo 4.º do referido diploma, estabelece a obrigatoriedade destes incluírem uma fase de consulta pública das suas componentes não reservadas (Parte I, Parte II, Parte III e Parte IV – Secção I):

8 - A elaboração dos planos de emergência de proteção civil inclui uma fase de consulta pública das suas componentes não reservadas;

9 - A fase de consulta pública desenrola -se por um prazo não inferior a 30 dias e é promovida pela entidade responsável pela elaboração do plano que estabelece os meios e as formas de participação, devendo ser integradas no plano as observações pertinentes apresentadas;

10 - O relatório da consulta pública deve ser submetido, pela entidade responsável pela elaboração do plano, à entidade responsável pela respetiva aprovação.

A fase de consulta pública desencadeou-se por um prazo não inferior a 30 dias e foi promovida pela Câmara Municipal de Resende, tendo como objetivo a obtenção de reclamações, observações ou sugestões sobre o teor das componentes não reservadas do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Resende (PMEPCR).

Na sequência do referido anteriormente, e de modo a dar cumprimento ao estabelecido pela Resolução 25/2008, de 18 de julho, procedeu-se à elaboração do presente documento, onde se encontram elencados os principais aspetos relacionados com o processo de consulta pública, nomeadamente, o período durante o qual a mesma decorreu; meios utilizados; contributos recolhidos e a incorporação (ou não) dos contributos recolhidos.



2

PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A componente não reservada (Parte I, Parte II, Parte III e Parte IV – Secção I) do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Resende (PMEPCR) foi submetida a uma fase de consulta pública, promovida pela entidade responsável pela elaboração do plano (Câmara Municipal de Resende).

A discussão pública da componente não reservada do PMEPCR, decorreu por um período de não inferior a 30 dias, nomeadamente entre os dias 28 de maio e 09 de julho de 2015.



3

DOCUMENTO PUBLICITADO E LOCAL DE CONSULTA

3.1. DOCUMENTO PUBLICITADO

O documento disponibilizado para consulta pública compreendia as componentes não reservadas do plano, ou seja, as partes I a IV, com exceção, das secções II e III, cujo conteúdo é considerado de carácter reservado (Figura 1 e Figura 2):

Figura 1 | Conteúdos do PMEPCR submetidos a consulta pública (Parte I e Parte II)

PÁG.2 PARTE I ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO ÍNDICE PARTE I ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO <table><tr><td>INTRODUÇÃO</td><td>5</td></tr><tr><td>ÂMBITO DE APLICAÇÃO</td><td>7</td></tr><tr><td>OBJETIVOS GERAIS</td><td>10</td></tr><tr><td>ENQUADRAMENTO LEGAL</td><td>11</td></tr><tr><td>ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO</td><td>13</td></tr><tr><td>ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</td><td>14</td></tr><tr><td>ATIVAÇÃO DO PLANO</td><td>17</td></tr><tr><td>COMPETÊNCIA PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO</td><td>17</td></tr><tr><td>CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO</td><td>19</td></tr><tr><td>PROGRAMA DE EXERCÍCIOS</td><td>25</td></tr></table> ÍNDICE RÁPIDO 1 INTRODUÇÃO PÁG.5 2 ÂMBITO DE APLICAÇÃO PÁG.7 3 OBJETIVOS GERAIS PÁG.10 4 ENQUADRAMENTO LEGAL PÁG.11 5 ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO PÁG.13	INTRODUÇÃO	5	ÂMBITO DE APLICAÇÃO	7	OBJETIVOS GERAIS	10	ENQUADRAMENTO LEGAL	11	ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO	13	ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	14	ATIVAÇÃO DO PLANO	17	COMPETÊNCIA PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO	17	CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO	19	PROGRAMA DE EXERCÍCIOS	25	PÁG.2 PARTE II ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÍNDICE PARTE II ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA <table><tr><td>CONCEITO DE ATUAÇÃO</td><td>8</td></tr><tr><td>ESTRUTURA DE DIREÇÃO POLÍTICA</td><td>9</td></tr><tr><td>ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL</td><td>10</td></tr><tr><td>ESTRUTURA DE COMANDO OPERACIONAL</td><td>11</td></tr><tr><td>SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES</td><td>12</td></tr><tr><td>EXECUÇÃO DO PLANO</td><td>22</td></tr><tr><td>FASE DE EMERGÊNCIA</td><td>22</td></tr><tr><td>FASE DE REABILITAÇÃO</td><td>39</td></tr><tr><td>ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES E ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO</td><td>52</td></tr><tr><td>MISSÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL</td><td>52</td></tr><tr><td>MISSÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL</td><td>54</td></tr><tr><td>MISSÃO DAS ENTIDADES COM DEVER DE COOPERAÇÃO</td><td>60</td></tr></table> ÍNDICE RÁPIDO 1 CONCEITO DE ATUAÇÃO PÁG.8 2 EXECUÇÃO DO PLANO PÁG.22 3 ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES E ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO PÁG.52	CONCEITO DE ATUAÇÃO	8	ESTRUTURA DE DIREÇÃO POLÍTICA	9	ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL	10	ESTRUTURA DE COMANDO OPERACIONAL	11	SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES	12	EXECUÇÃO DO PLANO	22	FASE DE EMERGÊNCIA	22	FASE DE REABILITAÇÃO	39	ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES E ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	52	MISSÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL	52	MISSÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL	54	MISSÃO DAS ENTIDADES COM DEVER DE COOPERAÇÃO	60
INTRODUÇÃO	5																																												
ÂMBITO DE APLICAÇÃO	7																																												
OBJETIVOS GERAIS	10																																												
ENQUADRAMENTO LEGAL	11																																												
ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO	13																																												
ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	14																																												
ATIVAÇÃO DO PLANO	17																																												
COMPETÊNCIA PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO	17																																												
CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO	19																																												
PROGRAMA DE EXERCÍCIOS	25																																												
CONCEITO DE ATUAÇÃO	8																																												
ESTRUTURA DE DIREÇÃO POLÍTICA	9																																												
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL	10																																												
ESTRUTURA DE COMANDO OPERACIONAL	11																																												
SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES	12																																												
EXECUÇÃO DO PLANO	22																																												
FASE DE EMERGÊNCIA	22																																												
FASE DE REABILITAÇÃO	39																																												
ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES E ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	52																																												
MISSÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL	52																																												
MISSÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL	54																																												
MISSÃO DAS ENTIDADES COM DEVER DE COOPERAÇÃO	60																																												



Figura 2 | Conteúdos do PMEPCR submetidos a consulta pública (Parte III e Parte IV)

PÁG.2 PARTE III ÁREAS DE INTERVENÇÃO ÍNDICE PARTE III ÁREAS DE INTERVENÇÃO <table> <tr> <td>ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>LOGÍSTICA</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td> APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td> APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td>COMUNICAÇÕES</td> <td>23</td> </tr> <tr> <td>GESTÃO DA INFORMAÇÃO</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td> GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td> GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO</td> <td>37</td> </tr> <tr> <td>MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA</td> <td>43</td> </tr> <tr> <td>SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS</td> <td>46</td> </tr> <tr> <td> APOIO PSICOLÓGICO</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>SOCORRO E SALVAMENTO</td> <td>53</td> </tr> <tr> <td>SERVIÇOS MORTUÁRIOS</td> <td>57</td> </tr> <tr> <td>PROTOCOLOS</td> <td>64</td> </tr> </table> ÍNDICE RÁPIDO 1 ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS PÁG.7 2 LOGÍSTICA PÁG.11 3 COMUNICAÇÕES PÁG.23 4 GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÁG.28 5 PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO PÁG.37	ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	7	LOGÍSTICA	11	APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	11	APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES	17	COMUNICAÇÕES	23	GESTÃO DA INFORMAÇÃO	28	GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES	28	GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA	32	PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	37	MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	43	SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	46	APOIO PSICOLÓGICO	50	SOCORRO E SALVAMENTO	53	SERVIÇOS MORTUÁRIOS	57	PROTOCOLOS	64	PÁG.2 PARTE IV INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR - SECÇÃO 1 ÍNDICE PARTE IV INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SECÇÃO 1 - PROTEÇÃO CIVIL <table> <tr> <td>ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td> ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td> ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>MECANISMOS DA ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td> COMPOSIÇÃO, CONVOCAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td> CRITÉRIOS E ÂMBITO PARA A DECLARAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE ALERTA, CONTINGÊNCIA OU CALAMIDADE</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td> SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO</td> <td>14</td> </tr> </table> ÍNDICE RÁPIDO 1 ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL PÁG.4 2 MECANISMOS DA ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL PÁG.10	ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL	4	ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL	5	ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES	8	MECANISMOS DA ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL	10	COMPOSIÇÃO, CONVOCAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL	10	CRITÉRIOS E ÂMBITO PARA A DECLARAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE ALERTA, CONTINGÊNCIA OU CALAMIDADE	12	SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO	14
ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	7																																												
LOGÍSTICA	11																																												
APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	11																																												
APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES	17																																												
COMUNICAÇÕES	23																																												
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	28																																												
GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE APOIO ÀS OPERAÇÕES	28																																												
GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA	32																																												
PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	37																																												
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	43																																												
SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	46																																												
APOIO PSICOLÓGICO	50																																												
SOCORRO E SALVAMENTO	53																																												
SERVIÇOS MORTUÁRIOS	57																																												
PROTOCOLOS	64																																												
ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL	4																																												
ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL	5																																												
ESTRUTURA DAS OPERAÇÕES	8																																												
MECANISMOS DA ESTRUTURA DA PROTEÇÃO CIVIL	10																																												
COMPOSIÇÃO, CONVOCAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL	10																																												
CRITÉRIOS E ÂMBITO PARA A DECLARAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE ALERTA, CONTINGÊNCIA OU CALAMIDADE	12																																												
SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO	14																																												

3.2. LOCAL DE CONSULTA

A versão impressa do documento foi disponibilizada para consulta pública no Edifício da Câmara Municipal de Resende, sito na Paços do Concelho, 4660-212 Resende, durante as horas normais de expediente. Por sua vez, a versão digital do documento esteve disponível para consulta pública no sítio oficial do município na internet (cm-resende.pt).

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE RESENDE



Figura 3 | Disponibilização do PMEPCR no sítio oficial do município de Resende na Internet



Quaisquer reclamações, observações ou sugestões deveriam ser dirigidas, por endereço eletrónico (geral@cm-resende.pt) ou por via postal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Resende, Paços do Concelho, 4660-212 Resende, dentro do prazo definido.



4

MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

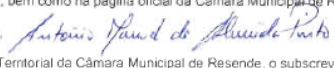
A publicitação da consulta pública das componentes não reservadas do PMEPCR foi efetuada por afixação de Edital nos locais do costume (Figura 4).

Figura 4 | Edital da consulta pública do PMEPCR

CM. M. Resende
Nº 5222 Data: 2015/06/03

 Município de Resende
Divisão Administrativa e de Gestão Territorial

EDITAL

-----Drº Manuel Joaquim Garcez Trindade, Presidente da Câmara Municipal de Resende:-----
-----Torna público nos termos dos números 8 e 9 do artigo 4.º da Resolução n.º 25/2008 da Comissão Nacional de Proteção Civil, publicada em Diário da República n.º 138, II Série de 18 de Julho de 2008, que se encontra aberto a consulta pública por um período de 30 dias, a contar da data deste edital, as componentes não reservadas (Parte I, II, III e IV – Secção I) do **Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de Resende**.-----
-----O referido plano encontra-se à disposição do público para consulta, no edifício da Câmara Municipal de Resende, sito nos Paços do Concelho, 4660-212 Resende, concelho de Resende, durante as horas normais de expediente e no sítio oficial do município na Internet em cm-resende.pt.-----
-----As propostas, observações ou sugestões deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal por via postal ou através do endereço eletrónico geral@cm-resende.pt, dentro daquele prazo.-----
-----Para constar se lavrou o presente edital e outros do mesmo teor que vão ser afixados nos lugares do costume, bem como na página oficial da Câmara Municipal de Resende em cm-resende.pt.-----
-----E eu, , Chefe da Divisão Administrativa e de Gestão Territorial da Câmara Municipal de Resende, o subscrevi.-----
-----Paços do Município de Resende, 28 de maio de 2015.-----

O Presidente da Câmara,

(Dr. M. Garcez Trindade)

- 01 de 01 -

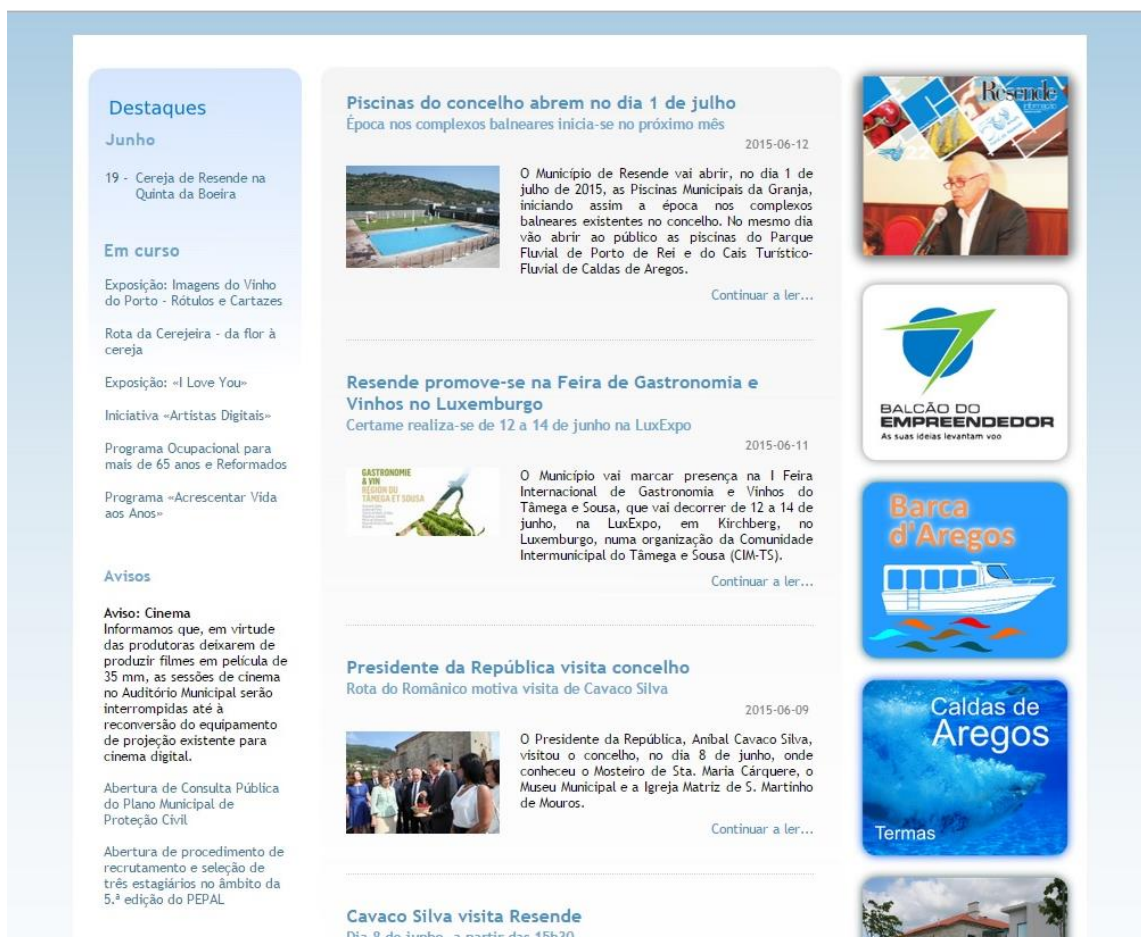
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

MUNICÍPIO DE RESENDE



De referir que a publicitação da consulta pública, foi também, realizada no sítio oficial do município na internet (cm-resende.pt).

Figura 5 | Publicitação da consulta pública o PMEPCR no sítio oficial do município de Resende na Internet





5

ANÁLISE DOS CONTRIBUTOS RECEBIDOS

Durante o período de consulta pública não foi feito qualquer contributo à componente não reservada (Parte I, Parte II, Parte III e Parte IV – Secção I) do PMEPCR.



6

CONCLUSÃO

No decurso do período de consulta pública, nenhum contributo ao PMEPCR foi remetido à Câmara Municipal de Resende. Neste sentido, mantém-se a versão do PMEPCR, que foi submetida a consulta pública, entre 28 de maio e 09 de julho de 2015.